



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Acta n.º 246 -----

----- Aos vinte e cinco dias do mês de Abril do ano dois mil e sete, pelas onze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Senhor José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, para comemorar o 33.º Aniversário da Revolução de Abril.-----

----- De referir que além da sessão extraordinária houve um conjunto de outros momentos comemorativos deste dia, imediatamente anteriores à referida sessão, que se iniciaram pelas nove horas e quarenta e cinco minutos, conforme protocolo, a saber: Formatura da Guarda de Honra, pelo Corpo dos Bombeiros Voluntários de Anadia, na Praça Visconde Seabra, virada para os Paços do Município e Bandeiras; Recepção às Entidades e Convidados; Cumprimentos à Guarda de Honra pelos Srs. Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Câmara Municipal, seguindo-se a continência à Entidade; Concerto pela Banda de Música de Anadia; Hastear das Bandeiras e execução do Hino Nacional, pela Banda de Música de Anadia; Desfile apeado e motorizado do Corpo dos Bombeiros Voluntários de Anadia e Guarda Nacional Republicana e Solta de Pombos.-----

----- Não compareceram à sessão e não solicitaram a sua substituição os Senhores Deputados Carlos Gonçalves (PSD), André Henriques (PS), Armando Pereira (PSD) - Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, Francisco Saraiva (PSD) - Presidente da Junta de Freguesia de Tamengos, António Duarte (PSD) - Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Monsarros e Mário Carreira Heleno (PSD) - Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho do Bairro.-----

----- Não compareceu à sessão mas solicitou a sua substituição, nos termos do art.º 11.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA), aceite pela Mesa da Assembleia, o Senhor Deputado António Rafael Timóteo (PSD) substituído pela Senhora Jennifer Nunes Pereira.-----

----- Igualmente não compareceram à sessão mas solicitaram a sua substituição, nos termos do art.º 16.º do RAMA, aceite pela Mesa da Assembleia, o Senhor Deputado Vítor Timóteo (PSD) - Presidente da Junta de Freguesia de Aguim, substituído pelo Senhor António Lopes Fernandes Sérgio, bem como o Senhor Deputado Arménio Cerca (PSD) - Presidente da Junta de Freguesia de Ancas, substituído pelo Senhor Mário Alberto Rodrigues Nogueira.-----

----- De referir que todos os pedidos de substituição atrás referenciados foram devidamente aceites pela Mesa da Assembleia.-----

----- Na abertura da sessão, o Senhor Presidente da Assembleia começou por agradecer a presença de todos os Senhores Deputados, das entidades, dos convidados e demais pessoas presentes nesta sessão extraordinária, solene e comemorativa da Revolução de Abril.-----

----- Continuou, informando que a ordem do uso da palavra seria a seguinte: Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), Senhor Deputado João Morais (CDU), Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), Senhor Deputado José Veloso (PSD), Senhor Presidente da Câmara Municipal de



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anadia – Litério Augusto Marques e para encerrar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia - José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro.-----

----- De mencionar que em reunião da Conferência dos Representantes dos Grupos Municipais convencionou-se que cada intervenção não deveria exceder os dez minutos.-----

----- Postas estas considerações iniciais o Senhor Presidente da Assembleia deu início ao período de intervenções, passando de imediato a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), que começou por cumprimentar os presentes, passando a ler o discurso, o qual se transcreve na íntegra: *"Portugal é hoje um país moderno, com uma democracia sólida, plenamente integrado na união europeia. Há trinta e três (33) anos, o povo português decidiu falar, e falou! E gostou de ter conseguido falar e de poder falar. Desde então, nunca mais se calou. A liberdade é um valor estruturante da nossa sociedade actual. É-o de tal maneira que pode ser utilizado como indicador para aferir a democraticidade de um regime. Viver em democracia implica, também, viver num regime que salvguarde e promova os direitos humanos, que não veja nos direitos humanos uma barreira a contornar sempre que possível mas, sim, desafios de civilização e progresso. Portugal pode orgulhar-se de ter iniciado, há 33 anos, o caminho da procura e desenvolvimento dos direitos humanos. Mantenhamo-nos nessa senda e dela, seguramente, não sairemos. Mas há ainda, infelizmente, verdadeiros "tumores" espalhados pelo globo: nações inteiras às quais faltam os mais elementares cuidados de saúde, como acontece em muitos países de África; populações que têm períodos de trabalho diários de 12 ou mais horas, como acontece em vários países asiáticos; situações onde a justiça parece estar ao serviço de ditaduras, como acontece em alguns países da América Latina. Em datas como a de hoje, somos chamados a fazer uma reflexão e nada disto nos pode deixar satisfeitos, apesar de serem problemas da nossa vizinhança. Viremo-nos, no entanto, também um pouco para dentro. Em 1974, eu era novo para poder ter participação activa fosse no que fosse. Para mim, a liberdade e a democracia são dados adquiridos; estou mesmo convencido de que são valores que nunca haveremos de perder, porque os cultivamos diariamente. Já não sabemos viver de outra maneira. Felizmente, pertença a uma geração que não tem fantasmas: nós não precisamos de apregoar a liberdade, gostamos da liberdade, mas nota-se uma tendência para escapar, se possível, ao reverso da medalha. É forçoso criar uma cultura de responsabilidade, que nos leve a reflectir antes da acção, mas a assumir todas as consequências depois, a ter no cumprimento do dever uma regra de conduta pessoal. O apelo à responsabilidade individual, a uma cultura de responsabilidade assumida por cada um, permitirá criar cidadãos responsáveis e conscientes dos seus deveres de participação cívica. Uma política fundada na promoção da cultura de responsabilidade, permite compaginar a exigência com a visão social, o rigor com a compreensão. Esta procura de cultura de responsabilidade faz com que as regras passem a ser encaradas como projectos e desafios e não como meras imposições autoritárias; permite a eficácia, sem que esta se reduza a mero pragmatismo sem ideias. A esta visão é particularmente sensível um partido como o CDS, de matriz democrata-cristã, com fortes referências doutrinárias, que se recusa a render-se ao pragmatismo, sacrificando a doutrina ou*



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a ideologia. Um partido que quer crescer e que por isso se define aberto a todos, mas que nem por isso esquece o compromisso prioritário pelos mais pobres e desfavorecidos e o quadro de valores que o norteia. Estamos convencidos de que será desta forma, com clareza total na definição da sua maneira de ser, que os partidos políticos, todos eles, poderão cativar os cidadãos para a participação cívica e para a intervenção de cidadania, também através das funções político-partidárias. A dignificação do poder autárquico é sem duvida o ponto alto no processo de desenvolvimento. Mas o mundo mudou. Hoje, enfrentamos problemas complexos, ditos da sociedade, que em boa parte terão que ser superados com um envolvimento profundo da sociedade civil, cujas potencialidades estão longe de ser entendidas pelos portugueses, tão grande foi, em Portugal, o peso asfixiante da tradição estatista e inibidora de iniciativa, antes e depois do 25 de Abril. Ora para superar os "problemas da sociedade" são essenciais consensos que não podem ser confundidos com unanimismo, por forma a que as reformas necessárias e inerentes à mudança possam ser consideradas eficazes se contiverem um sentido de entidade social. E sobre as vantagens de encontrar, sempre que possível, consensos alargados e sobre como eles podem potenciar as nossas capacidades como país. Os portugueses amam a liberdade e não têm quaisquer dúvidas de que, se por absurdo fosse necessário, por ela se bateriam de novo. Mas seria querer "tapar o sol com a peneira", esquecer que existe um grande desencanto pela política, que são visíveis as marcas de uma crise de cidadania que tem que ser ultrapassada e que o povo quer uma democracia melhor. Se o 25 de Abril foi um ponto final numa situação injusta, a melhor forma de o honrarmos é termos uma posição de combate em torno de objectivos que nos possam unir: um combate pela nossa identidade como povo e como nação, no quadro da União Europeia a que pertencemos; um combate pela lusofonia; um combate pelo prestígio do nosso país, para que possa ser junto da Europa e no concerto internacional das nações "a voz daqueles que não têm voz"; um combate contra o terrorismo, sem tréguas, contra a intolerância, feito com os nossos aliados; um combate pelos direitos, liberdades, garantias em toda a parte, mas também um combate pelo interesse vivo, pela política e pelo exercício responsável da cidadania; um combate pelas reformas económicas e sociais, sem as quais o país não será competitivo, condição essencial para que possamos combater estes desafios. Estas reformas são essenciais para que Portugal não seja um país resignado mas, sim, um país com optimismo, com fé, um país que sabe que é capaz de se adaptar ao mundo em permanente mudança e que através da democracia encontrasse soluções que não o deixarão cair em qualquer outra situação de impasse. Termino, dizendo que estamos certos de que a melhor forma de as gerações actuais e futuras de portugueses reconhecerem o mérito que é devido aos que conseguiram a liberdade é ultrapassando excessos saudosistas, desenvolverem o seu legado, criarem um Portugal mais justo, mais moderno e mais competitivo. É bom viver em democracia. Viva Portugal."-----

----- Seguidamente, tomou a palavra o Senhor Deputado João Morais (CDU), que começou por cumprimentar os presentes, passando, de imediato, a fazer a sua intervenção, a qual se transcreve na íntegra: "Estamos de novo aqui nesta Assembleia a invocar uma das datas mais



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

importantes da nossa História recente: O vinte e cinco de Abril de 1974. O derrube do Fascismo, da arbitrariedade e o encerramento das prisões políticas de Caxias, do Aljube, de Peniche e o também triste célebre campo de concentração do Tarrafal, mais conhecido pelo campo da morte lenta, o fim da Guerra Colonial. Essa guerra injusta, onde morreram milhares de jovens e onde outros muitos milhares ficaram estropiados para o resto das suas vidas. Este facto deve-se à resistência do Povo Português e a um punhado de jovens militares, os designados de Capitães de Abril, a quem prestamos aqui uma justa e sincera homenagem. Neste dia histórico vieram em armas para a rua, acabando de vez com o sofrimento do povo que vinha suportando todos esses reveses. Foi bonito de ver! O Povo na rua rejubilando de cravos na mão a saudar os militares. Passados que foram estes 33 anos, importa perguntar, se o sonho desses militares foi cumprido. Para nós não foi e, como tal, aqui deixamos claro que lutaremos por uma democracia avançada onde as oportunidades e o bem-estar da população sejam de plena igualdade. A esperança de uma vida melhor e mais digna para o nosso Povo tem sido defraudada ao longo dos sucessivos governos do PSD em maioria, coligado com o PS ou com o CDS, os dos do PS coligado com o CDS, com o Senhor queijo limiano, ou em maioria absoluta, como o actualmente em funções. Este Governo do Senhor Sócrates, ao longo deste mandato, que já vai em dois anos, tem vindo, na sequência dos anteriores, a fazer uma política que tem permitido, por um lado, a concentração da riqueza numa pequena elite, enquanto a generalidade da população tem vindo a sofrer a degradação das suas condições de vida. A promessa dos 150 mil empregos caiu em saco roto e hoje o número de desempregados aumentou para quarenta e seis (46) mil. Na política social, temos vindo a assistir: ao encerramento e redução do tempo de atendimento nos SAP's, um pouco por todo o País; ao encerramento das maternidades; ao encerramento dos serviços de Urgências de Hospitais; (No nosso Concelho, que tem vindo a ser sujeito a uma ameaça que se pode tornar concreta, caso não se tomem medidas pela parte dos poderes locais. A população já mostrou, por duas vezes, que está disponível para fazer retroceder essas intenções. E para esses cidadãos que participaram nestas duas grandes manifestações, eu quero-lhes dizer que transmito-lhes a minha homenagem e os meus sinceros parabéns); ao pagamento de cirurgias e internamentos, contrariando o exposto da Constituição da República, que afirma que a Saúde é tendencialmente gratuita; ao encerramento de escolas que, no nosso concelho, já conta algumas e estão outras sob a ameaça do encerramento; a despedimentos resultantes do encerramento de empresas e redução de postos de trabalho no sector privado e da demissão, por parte do Estado, das suas obrigações sociais, nomeadamente na extinção de serviços públicos; a retirada de multinacionais que se deslocam para onde querem sem que se tomem medidas de ancoramento das mais valias produzidas, ou a devolução dos benefícios obtidos para se instalarem, e não cumprirem os seus contratos; não se aumentam os salários reais dos trabalhadores dum modo geral e da Administração Pública em particular. As actualizações salariais não cobrem a inflação verificada; aumenta a criminalidade. Basta abrir as páginas dos jornais para conferir o que se afirma. Enquanto isso fecham-se esquadras da Polícia e postos da GNR. Não se reparam as instalações das forças de segurança que em muitos casos



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estão completamente degradadas, enquanto se retiram os parcos direitos destes profissionais e não se dignificam as suas carreiras. Perante este quadro negativo, refere o Governo que está a reformar o País. Mas, e a parte privilegiada da sociedade, a Banca, o poder económico, os administradores das empresas públicas e semi-públicas como vivem? Vêem anualmente aumentar os seus lucros e rendimentos duma forma obscena, com os seus salários dourados e regalias principescas, e ainda recebem indemnizações do outro mundo, como o exemplo dos dezassete (17) milhões de euros que a EDP e a PT pagaram aos seus últimos gestores. E o Governo? Contém-se nos seus gastos? Não! Atentando nos últimos dados do Tribunal de contas, ficou-se a saber que os executivos do PSD-PP e do PS entre dois mil e três (2003) e dois mil e cinco (2005), distribuíram doze vírgula oito (12,8) milhões de euros em duzentos e cinco (205) gabinetes, para pagarem a assessores e colaboradores externos. Essa verba daria para pagar quatro (4) Aeroportos da Ota ou dez (10) Pontes Vasco da Gama, ou não querendo ser tão ambiciosos, pelo menos, serviriam para manter em funcionamento as escolas, os centros de saúde e as urgências do nosso Hospital por muitos e longos anos. De facto, minhas senhoras e meus Senhores, o Partido Comunista não se revê nestes tipos de governação, onde os ricos são cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Como tal, continuaremos a pugnar e a lutar por uma sociedade mais justa e mais fraterna. O País não pode continuar nesta senda, defraudando expectativas legítimas do povo. O Senhor Presidente da Republica enquanto garante da constituição deveria, em nossa opinião, ter já interferido. Porém, não o fez, o que se lamentamos. Pelo que acabamos de expor podemos dizer daqui, que vamos continuar a luta por melhores condições de vida e de trabalho para todos. Não adianta ser obstinado em querer construir obras megalómanas, enquanto não se suprir as necessidades básicas da população. Já somos cerca de 20%, o número de cidadãos que vive no limiar da pobreza. Isto não pode ser. E como tal, gostaria de referir aqui, e também prestar a minha homenagem a esse grande médico e lutador antifascista que sofreu e não teve a alegria de conhecer o 25 de Abril, que foi o Dr. Mário Sacramento, esse nosso conterrâneo, do nosso distrito de Aveiro que me legou, e tive a alegria de o conhecer, algumas palavras de ânimo, o que me leva a continuar essa luta em que ele me disse: "Camarada, façam um mundo melhor, um mundo onde haja mais justiça, mais tolerância e paz. Não me obriguem a voltar cá". Quero-vos dizer que não precisamos que esse nosso camarada volte para lutar por uma sociedade mais justa porque eu e os meus camaradas, enquanto lutarmos em democracia, cá estaremos para continuar essa luta, em defesa de uma sociedade mais justa, mais próspera, em que Abril viva e continuará a renascer na esperança dos mais novos. Para eles, Viva o 25 de Abril; Viva a CDU; Viva Portugal."-----

----- De imediato, tomou a palavra o Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), que começou por cumprimentar os presentes, tendo passado, de seguida, a ler o seu discurso, com a seguinte redacção: "Quando, alguns minutos após a meia noite, naquela, já distante, madrugada de Primavera o comum dos portugueses ouviu, na rádio, uma estranha canção a que chamaram "Grândola Vila Morena", não imaginaram, sequer, que ela constituía um derradeiro sinal para o desencadear do acontecimento politicamente mais relevante do século



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

XX. Ocorreu, este evento, no dia de hoje, há trinta e três (33) anos atrás. Mereceu, a designação de "Revolução dos Cravos", porque, nos canos das espingardas e dos canhões o vermelho do sangue foi substituído pelo vermelho dos cravos. A justeza desse epíteto é, quiçá, demonstrado não apenas por ter sido uma insurreição pacífica, e, praticamente sem derramamento de sangue, não obstante a quantidade de armas nas ruas e o antagonismo das forças em confronto mas, também, pela maneira como resistiu às vicissitudes e incertezas dos primeiros tempos. É esta ausência de violência, provavelmente, a primeira grande homenagem à determinação e sangue frio dos seus promotores e ao enorme apoio do povo português que, desinibida e entusiasticamente, encheu as ruas, apesar da incerteza do momento, aderindo a este acto libertador e pugnando, desde então, para que ele surtisse o efeito almejado. Foi uma acção, como se sabe, de cariz e execução militar. Mas, a sua génese esteve, claramente, nesse povo português que de forma persistente foi desenvolvendo ano após ano, um claro antagonismo a um regime político de partido único, controlador, repressivo até à tortura e ao assassinato, de grande penúria social, bélico, isolacionista e torcionário que adoptou, como base da sua acção política a doutrina da "não discussão" e da submissão canina, intentando, deste modo, fugir ao confronto de ideias, e matar qualquer veleidade que aspirasse à liberdade. Tentou mas não conseguiu e assim, aconteceu o 25 de Abril. Eram e são, ainda, filhos deste povo muitos dos militares que "restituíram Portugal aos portugueses e ao mundo", no dia de hoje há trinta e três (33) anos atrás. Um viva a eles! A transição de um regime repressivo para um regime democrático não foi e não será nunca isento de algumas convulsões sociais. Compreensivelmente, dados os quarenta e oito (48) anos de contenção, as ideologias até aí reprimidas, dispararam em direcção àquela luzinha, ainda muito débil, que perspectivava a liberdade, cada um, tentando fazê-la sua. Passados que foram esses primeiros tempos e combatidas algumas aventuras temerárias, que originaram confrontos e tensão entre sectores ideológicos com diferente interpretação dos objectivos da Revolução dos Cravos, a democracia parlamentar foi definindo contornos e estabilizando, podendo os portugueses, enfim, usufruir das suas vantagens. Ela dotou-nos dum conjunto de argumentos e ferramentas que podemos, melhor dito, que devemos, usar para que progrida e se enriqueça. A democracia é um processo dinâmico que exige uma aprendizagem e um aperfeiçoamento permanentes. Contrariamente ao que podem pensar os mais jovens, ela não foi uma dádiva, mas uma conquista resultante, não apenas de uma acção pontual, ainda que determinante, mas da profunda revolta, acumulada ao longo de 48 anos, que comportou elevados riscos, provocou a perda de vidas na vigência anterior do regime e potenciou a perda de muitas mais no decorrer da acção militar. É, pois, necessário que aqueles que tiveram a felicidade de não sentir o choque da transição da ditadura para a liberdade, sintam que esta é uma das conquistas que não pode perder-se. Não obstante, nota-se na sociedade portuguesa e na juventude em particular, de há vários anos para cá, algum desencanto e um certo alheamento, se não mesmo uma deturpação, no que concerne ao exercício da Cidadania e da intervenção política e social, condições sem as quais, não é possível uma autêntica vivência democrática. Temos tido, deste estado de espírito, muitos exemplos,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desde a simples descrença nas vantagens da democracia, até a outros, bastante perturbadores, tais como o regresso descarado da apologia dos ditadores e dos seus valores mais desprezíveis, proclamados de forma agressiva e por vezes com grande violência, num claro abuso e desafio às prerrogativas oferecidas pela democracia que combatem. Não são movimentos novos, como sabemos, mas é cada vez mais evidente que se estão a fortalecer de forma preocupante, nas democracias europeias. Encontram terreno fértil em factores de vária ordem, alicerçados, alguns, na incultura democrática que ainda persiste, aliada a um certo saudosismo atávico. Outros e, talvez da forma mais influente, temos de o dizer, baseados nos comportamentos desviantes protagonizados, ao longo dos anos, por algumas instituições e elementos da classe política, nomeadamente autarcas, que transmitem da democracia, da qual são espelho, imagens distorcidas, desacreditando-as. Fazem, assim, justiça à conhecida afirmação de que "...em democracia todos somos iguais. Mas uns são mais iguais do que outros", tornando realidade o que pretendia ser apenas ficção. Ninguém quer uma democracia assim. Lembremo-nos, porém, que estas e outras situações similares não têm a sua génese na democracia mas sim no próprio Homem cujo triste desígnio é, como já alguém disse: "estragar tudo o que é bom". Pesem embora os obstáculos que pontualmente se levantam, a democracia funciona como podemos, finalmente, constatar pelo funcionamento de instituições, pilares de qualquer sociedade moderna, equilibrada e justa, que parecem querer despertar de um adormecimento prolongado. Também o povo português o tem demonstrado ao usá-la como verdadeira arma de persuasão na defesa dos seus interesses. Uma vez ganhando, outras perdendo, mas é precisamente esse direito de ir à luta, que ela nos faculta, uma das suas melhores características. E quanto mais a usarmos mais se fortalecerá. Teremos, pois, a democracia que merecermos. É uma frase feita, mas dolorosamente realista, que não deixa dúvidas quanto à responsabilidade das mulheres e dos homens deste país no seu aperfeiçoamento, propósito para o qual é fundamental conquistar as camadas jovens e consolidar nelas, o desejo de manter escancaradas, como dizia o poeta "As portas que Abril abriu". Cabe-nos, pois, enquanto cidadãos e mais ainda enquanto autarcas, desenvolver localmente esforços para aproximar o 25 de Abril das novas gerações, apresentando-o não como uma marca ou mero acontecimento comemorável, mas como um conjunto dos valores e ideais que lhe são inerentes, nem que para tal seja necessário, (perdoem-me o uso de linguagem que se segue) fazer upgrades e formatações bastantes, para lhe atenuar o tom acinzentado que de alguns anos a esta parte o envolve. O dia 25 de Abril ficará para sempre ligado à festa de reencontro do povo português com a esperança. Porque não continuarmos a vivê-lo desse modo? Viva o 25 de Abril! Viva a democracia! Viva Portugal!"-----

----- Seguidamente tomou a palavra o Senhor Deputado José Veloso (PSD) que, depois de cumprimentar os presentes, deu início à sua intervenção, com o teor que a seguir se transcreve na íntegra: "A luz tem ameaças. É fundamental que tenhamos a capacidade de aceitar a liberdade de opinião dos outros, por muito que essa opinião nos repugne. É sempre uma honra comemorar uma data que está profundamente comprometida com o direito e a dignidade do



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

homem. Assim foi, é, e será sempre o convite que nos é feito nesta data. A inquietude interior - moral e espiritual - é que nos levou e nos trouxe. Legou-nos, uma reflexão séria, pois ao sentir um país doente procurou a cura dos seus males e desejou dar-lhe níveis de auto estima e confiança em si mesmo. Semeou ilusão, deu-lhe a alegria e procurou cultivar a ideia de sucesso. Porém, hoje, e não querendo enunciar as razões das debilidades actuais, o que seria fácil, pois essas ouvimo-las diariamente, acresce ainda um fim praticamente anunciado de uma III República a caminho do seu esgotamento. Sentimos o país e a Europa profundamente diminuídos, cerceados, em múltiplos aspectos, da liberdade e da responsabilidade. Esta Europa que nós exportámos e que nós levámos para todo o lado, agora, que está enferma, ninguém consegue dar uma solução e nela é que estamos integrados. Os níveis de confiança estão nos limites mínimos e as insuficiências são assustadoras. Nem a capacidade de iludir existe e muito menos a alegria de viver. A qualidade ficou muito para trás. O fomento do sucesso já lá vai e nem a concepção de vitória são capazes de edificar. Longe estão os tempos da consciência de missão, de organização, de trabalho e de luta. Esta revolução única deve ser um momento singular de simbologia, estimulante e de oportunidade para que tanto nós como a Europa possamos: cuidar-nos; investigar a raiz dos nossos males; harmonizarmo-nos; sermos criativos; inovadores e não plagiadores de modelos insuficientes e mesmo de muito menor qualidade; deixarmo-nos de complexos que limitam e reassumamo-nos como fonte de paradigma, inspiração e orgulho. Assentar o seu desenvolvimento no ensino que deve criar massa cinzenta capaz de promover o desenvolvimento ao responder aos grandes anseios dos povos desta união (europeia), onde educação na liberdade e em democracia autêntica sejam o fito primeiro e último, sem abandonar a critica e a interrogação que muito eleva os povos e o sentido da vida. Viva a liberdade! Viva a democracia!".-----

----- De seguida, tomou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, depois de se dirigir aos presentes, passou à sua intervenção, a qual se transcreve na íntegra: "Há datas que fazem parte da história de um povo. O vinte e cinco (25) de Abril de mil novecentos e setenta e quatro (1974) é, sem dúvida, na história recente, um marco importantíssimo para a democracia portuguesa. Porém, passados que são trinta e três (33) anos de promessas que então foram feitas. Ficou praticamente só a democracia e a liberdade. O que já é realmente bastante uma conquista muito importante, mas, naturalmente, que as expectativas criadas foram realmente muito frustradas. Portugal teria necessidade, nessa altura, de trazer para os seus cidadãos, o bem-estar, o progresso que já se vivia há muitos anos no seio da Europa. Mas isso, meus amigos, ainda quando, embora que embora, ainda continua a ficar a uma grade distância dos nossos concidadãos europeus. Porque, na verdade, acabaram-se muitos monopólios. Os de então, que eram nocivos, como todos nós sabemos, para a vivência do cidadão comum desapareceu com o vinte e cinco (25) de Abril. Foi, naturalmente, uma das grandes medidas do vinte e cinco (25) de Abril. Porém, com o tempo, apareceram novos monopólios e esses, naturalmente, são muito mais preocupantes, dado que eles, normalmente, são geridos por multinacionais, por homens, empresas, instituições sem rosto, que, com a maior facilidade



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

retiram a riqueza do País, levando, naturalmente, aquilo que é a ocupação da maior parte dos portugueses e que hoje, como sabeis, se transformou, rapidamente, numa sangria económica que trás o desemprego, a fome e, naturalmente, muitas dificuldades ao próprio País. Hoje, por essas razões, vivem-se horas muito dramáticas. O Estado esmaga a população em geral com impostos, criando, naturalmente, uma sociedade que podemos apelidar de pobre. Pode o Estado estar a resolver o ser défice, pode, naturalmente, resolver muitos dos seus problemas, mas infelizmente, por vezes, por falta de estratégia ou de visão, está a resolvê-los à custa do cidadão comum. Vejam, naturalmente, o estado em que se encontra a nossa sociedade. As famílias, todos nós sabemos, encontram-se extremamente endividadas. Chegam aqui à Câmara, pedidos com uma angústia extraordinária porque há sempre problemas de legalização de edifícios: "nós nem sempre trazemos as coisas em ordem, e é preciso, hoje, quase sempre, o que não era antes, legaliza-me por favor a casa, tenho um problema com o fisco, tenho de o ir resolver". Isto é dramático, porque as leis que continuam a emperrar o desenvolvimento deste País, essas ninguém lhe mexe. Qualquer delas, em poucas horas, o nosso Governo, os nossos Deputados, poderiam, naturalmente, aprová-las. Mas essas, não se lhe mexe. Duram anos, anos a fio; a resolução de um PDM e quando isso acontece, esses problemas trazem outros e a população sente-se frustrada com este tipo de governação. É na verdade, uma negativa, que o vinte e cinco (25) de Abril não pode, de modo nenhum, aceitar, porque não foi para isso que foi criado. Os funcionários públicos, caros amigos, é dramático que um dia se tenha de ir a uma repartição e veja os funcionários públicos, que se atentarem bem nos seus ordenados são uma miséria, meus caros amigos. Os outros sim, os dirigentes políticos e não só, esses ganham dinheiro bastante, garantem-lhe o futuro através de subsídios, quando abandonam os lugares. Os funcionários públicos, esses, é o fim que vocês estão a ver, vão para o quadro de excedentes e o que lhes acontece, isso no fundo, é desempregá-los de uma forma, enfim, encapuzada, de um despedimento que qualquer privado, ainda hoje, não pode fazer. Depois, temos os pequenos e médios empresários. Caros amigos, o Estado pode estar muito rico, mas os pequenos e médios empresários, nós sabemos, estão quase todos à beira da falência. É preciso parar para pensar. É preciso defender este que é realmente o grande grupo de cidadãos que precisa de apoio e que ninguém olha para eles. Aquilo que olham para eles é aplicar-lhe impostos sobre impostos, eles já nem podem pagar. Levam-lhe as empresas, levam-lhe tudo. É um desespero total e isto tem de ser visto. O Governo tem de parar para pensar nisto, tem de sair de lá do Terreiro do Paço e vir até aqui às nossas aldeias. Ouvimos permanentemente dizer que as coisas estão a melhorar. No aspecto macroeconómico, se calhar, até estão. Não sei, que não tenho capacidade para justificar qualquer tipo de acusação neste efeito. Mas saímos, uma aldeia, outra aldeia, um concelho e aquilo que ouvimos, ou se perguntarmos, ouça lá isto está melhor? A resposta, não. Cada vez pior, cada vez encontramos situações mais complicadas para resolver. Há que acordar. O Terreiro do Paço tem necessidade de acordar e vir aqui ver o que está mal e porque tem essa capacidade, resolver de imediato, através de leis céleres que permitam, naturalmente, a solução destes problemas. Não falando numa classe, não gostaria de



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

falar nela, mas essa vive de autêntica sobrevivência, a classe rural. Vejam, cooperativas falidas, não têm dinheiro para lhe pagar os produtos, vinhos, frutas, etc. Como é? Quem lhes põe a mão? Juntem-se, são as palavras que ouvimos da governação. Mas isso é juntar miséria e não resolver nada. Juntar miséria é fazer mais miséria. Não. O que é preciso é apoiá-los e, na verdade, o agricultor, esse, qualquer dia, nem ganha, com certeza, para comer. Ele já andava descalço antigamente, provavelmente voltará ao tempo do pé descalço. Também o Governo continua a fazer que faz, mas não, manda fazer. Delega competências por tudo e por nada. Nós, Câmaras Municipais iremos, num futuro muito próximo, ser os responsáveis, já somos através do enriquecimento curricular, na educação, na saúde, nas áreas sociais, imaginem aquilo que se diz das Câmaras – todas falidas. Mais um problema. Se já é mau, continuará pior. Esta é que é a verdade. Se esta descentralização não se acompanhar da descentralização de meios financeiros, vamos para pior ainda. É preciso acordar para estas coisas. Enfim, encerra-se tudo: encerra-se a Estação Vitivinícola, encerram-se os tribunais, encerra-se o Hospital, encerram-se os SAP's, ficamos com o quê? Anadia parece que merece mais, não se vai encerrar isso com duas palhetadas. Nós estaremos aqui permanentemente atentos para defender aquilo que é nosso, aquilo que custou muito a preservar e vamos continuar a fazê-lo. E fazemo-lo porque, naturalmente, entendemos que estamos a defender aquilo que é nosso, aquilo que ainda hoje nos custou muito e custa muito a manter. Vejam, chega-se ao ponto de irmos inaugurar escolas para encerrar. Então não há qualquer coisa aqui que está mal? Terá assim a Câmara tanto dinheiro para gastar? Não. Há qualquer coisa que eu vejo que tem de ser repensado. Mas eu pergunto, e tudo isto porquê? É que, agora, passarei a falar, naturalmente, destas coisas insólitas, em tudo isto que está a melhorar, eu não vejo isso. Vamos falar da Câmara. Mas qual a atitude da Câmara perante uma situação destas? Que deve fazer a Câmara? Cruzar os braços? Concordar? Não meus amigos. Este Presidente não vai concordar, este Presidente vai lutar até ao fim. Será um discípulo do vinte e cinco (25) de Abril. Faço essa luta. Pode ser titânica, mas faço porque acredito e tenho, e vocês também têm razões para acreditar. No meio de tanta miséria, só ouvimos falar que não há dinheiro, são os hospitais que demitem as suas gestões porque elas não têm dinheiro, toda a gente diz que não tem dinheiro. A Câmara Municipal, talvez com uma gestão diferente, tem dinheiro para enfrentar todos esses problemas: continuamos a fazer as obras, as obras que, naturalmente, interessam ao concelho; continuamos a pagar aos nossos fornecedores, mantendo o equilíbrio económico do nosso concelho. Não são poucos aqueles que desejam trabalhar para a Câmara, e tudo porquê? Porque temos uma boa gestão, não aumentamos o nosso pessoal só porque é do partido A ou do Partido B, nós aumentamos o nosso pessoal quando necessitamos, e temos vindo a fazer restrição porque sabemos quanto é difícil manter uma máquina em termos de pessoal. Mas mais. Além disso, fazemos o seguinte, o pessoal que aqui temos trabalha, e como trabalha, sempre tem resultado desse trabalho, e o que se faz neste País, e é por isso que muitas vezes os funcionários públicos são acusados, de que não se trabalha, e é culpa de quem, do funcionário público? Não meus amigos. É culpa de quem gere e naquilo que corre aqui mal



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nesta casa, eu assumo isso. Se alguma coisa corre aqui mal, eu sou o culpado e sou só eu, porque não estive atento, não me levantei cedo a ver se realmente um trabalho estava a ser realizado como devia ser, porque eu, no fundo, não estou aqui só para pagar ou mandar fazer. Eu devo estar aqui, naturalmente, para me responsabilizar e é nesse sentido que o fazemos e continuamos atentos a todas essas evoluções, porque a Câmara de Anadia, apesar de todas essas ameaças de má gestão, enfim, de aproveitamento, nós estamos tranquilos. Nós temos, neste momento, uma inspecção nesta casa e várias têm vindo a acontecer aqui. Até ao momento, nada, porque o Presidente da Câmara, e os demais elementos, dos Vereadores ao mais pequeno funcionário, aquilo que pretende é, naturalmente, levar este barco a bom termo. E foi isto, foi esta lição que nos deu o vinte e cinco (25) de Abril. Sermos continuamente solidários, porque se fossemos todos solidários, talvez fosse muito mais fácil gerir este País. Não podemos puxar um para cada lado, temos de pensar que o momento, e eu aceito isso, que o momento é difícil, mas com todos é possível ir lá. Não é bom que um partido que tenha a maioria do Governo se entenda que seja capaz de resolver tudo. Pela minha parte, aquilo que eu faço, e farei sempre, não é confrontar-me com o Governo, é dialogar com ele e sei que o Governo que tem gente capaz de manter esse diálogo porque várias têm sido as situações de consenso em que o concelho de Anadia só tem vindo a ganhar, e este consenso, esta conversação permanente, naturalmente, entre aqueles que nos governam, é uma lição do vinte e cinco (25) de Abril. Por isso, eu continuo a acreditar. O vinte e cinco (25) de Abril não nos deu aquilo que devia dar porque não é por sermos exigentes, é que estamos muito aquém dos outros países da Europa, mas deixa-nos uma força extraordinária, a esperança. E eu tenho esperança, caros amigos, eu tenho esperança que o nosso País, bem governado, com pessoas que efectivamente sejam patriotas, amigos da sua terra, do seu País, têm o saber suficiente para levarmos o nosso País a um dos lugares, a um dos países mais importantes da Europa a que pertencemos. Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!".-----

----- Por último, interveio o Senhor Presidente da Assembleia, cujo discurso se transcreve na íntegra: "Perante o estado de negação da liberdade e de injustiça que tínhamos atingido, perante as nulas esperanças em melhores dias, havia que mudar o regime (...), para, dando liberdade e democracia, garantir ao povo a escolha do destino colectivo". "Nunca tinha visto o povo a manifestar-se assim". "Estava lá fora o Poder no Povo e este estava na rua". "O Povo na rua não roubou, não estragou, não insubordinou; colaborou e avançou na Revolução". Estes são, na minha óptica, os mais simbólicos testemunhos de Salgueiro Maia, grande Capitão de Abril, sobre o dia vinte e cinco (25) de Abril de mil novecentos e setenta e quatro (1974). Um dia que comemoramos pois trata-se de uma data maior da nossa História, que assinala uma conquista fundamental para a nossa vida e história colectiva. Um dia que marcou o fim de uma das mais longas ditaduras na história da Europa contemporânea e o início da transição do nosso Portugal para a democracia em que vivemos hoje e em que queremos continuar a viver, contribuindo diariamente para a sua consolidação. Este dia aconteceu há trinta e três (33) anos. Tenho plena noção de que não digo nada de novo, mas tenho também a certeza do quão



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

importante é afirmá-lo, lembrá-lo e reforçá-lo das mais diferentes formas e nas mais diversas circunstâncias, muito em especial perante as gerações mais novas. Gerações estas que, não tendo vivido o vinte e cinco (25) de Abril, como eu próprio - na altura acabado de fazer cinco (5) anos - mantêm o privilégio de poderem ser destinatários directos dos testemunhos de quantos participaram num dos momentos mais estimulantes, de maior encanto e de anseio de um povo. Celebramos a liberdade com confiança, na certeza de que apenas a democracia permite encontrar as soluções para os problemas com que, diariamente, nos defrontamos. Celebramos a liberdade com a consciência de que ela não é algo de adquirido para sempre, mas um valor essencial que tem de ser constantemente afirmado, exercido e enaltecido. Quando celebramos o 25 de Abril, fazemo-lo não apenas para recordar o que ele foi, mas, sobretudo, para celebrar o que continua a ser. Fazemo-lo porque não se trata tão-somente de um evento do passado, mas também de uma realidade do presente. E se estamos aqui a fazê-lo, representando aqueles que nos elegeram e dando livremente voz à pluralidade de opiniões existente na sociedade portuguesa, tal se deve ao facto de então se ter aberto o caminho da liberdade e da democracia. Mas que democracia é esta que temos hoje em que tantos, sobretudo os jovens, se afastam da política e dos políticos? Mas que democracia é esta que sendo ainda tão recente começa já a apresentar alguns tiques de velhice? É verdade que nas comemorações da Revolução de Abril do ano passado já o disse, mas devo confessar que, a cada dia que passa, mais me convenço de que em Portugal não temos um problema de democracia, mas temos, claramente, um problema da qualidade desta democracia. Por isso, entendo que a democracia merece e deve ser cultivada e renovada diariamente, como um esforço permanente. Todos sabemos que é preciso encontrar novas formas de participação dos cidadãos. Todos sabemos que é necessário aproximar governantes e governados, descentralizar, vitalizar o poder local, dar confiança às instituições, e devolver prestígio à política e aos políticos. Tudo isto é fazer, hoje, nos nossos dias, o vinte e cinco (25) de Abril. Mas para alcançarmos este desiderato é imperioso adoptar a postura de uma cidadania exigente e solidária, mas também saudavelmente insubmissa e irreverente. Deve ser assumida uma atitude contra o mal instalado, porque nada pode ser encarado como uma fatalidade, como um destino traçado, ou como um fado sem saída ou nem alternativa! Mas me dirão: o povo não se queixa da democracia! É verdade que não. O povo lastima-se de outras coisas, de muitas outras coisas. Os cidadãos lamentam-se da desagregação e encerramento dos serviços públicos, da transformação do Estado social num Estado assistencialista de vocação misericordiosa, em vez de um Estado moderno e eficaz! Trinta e três (33) anos após a Revolução de Abril, assistimos ao "encerramento geral do país", numa vontade desenfreada de tudo fechar e/ou reestruturar, de pouco valendo se são ou não serviços públicos fundamentais para os cidadãos. Nesta voragem nada escapa ao apetite devastador de tudo atacar: escolas, centros de saúde, serviços de atendimento permanente, maternidades, serviços de urgência, repartições de finanças, tribunais, serviços de agricultura, quartéis da GNR, esquadras da PSP, etc, etc, etc., poderia dar muitos exemplos. Encerramentos que, inevitavelmente, irão provocar maiores



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desigualdades, assimetrias, injustiças e desequilíbrios entre o litoral e o interior, entre o mundo citadino e o mundo rural. Infelizmente, o nosso concelho, Anadia, não escapa a esta triste governação de encerramentos, tendo já "sentido na pele" esta realidade. Nesta matéria, o futuro ainda se afigura mais preocupante e o que se espera, infelizmente, são mais surpresas desagradáveis. Todos os indícios, desafortunadamente, para aí apontam. Mas como disse noutra altura, estaremos atentos, vigilantes e sobretudo lutadores contra esta política de ataque aos direitos dos nossos concidadãos. Além disso, dizem as estatísticas, as actuais estatísticas, que temos mais de dois (2) milhões de portugueses pobres, e destes mais de duzentos mil (200.000) passam fome. Para agravar, o desemprego atinge cerca de meio milhão (500.000) de portugueses, dos quais cerca de setenta mil (70.000) são licenciados e destes cerca de quarenta mil (40.000) são jovens. Trinta e três (33) anos passados desde o dia a que Sophia de Mello Breyner estupendamente chamou de "o dia inicial inteiro e limpo", Portugal apresenta chagas sociais de grande profundidade. Passadas mais de três décadas sobre o vinte e cinco (25) de Abril pergunto-me várias vezes como foi possível chegarmos a esta situação? Não bastando, ouvem-se permanentes rumores de controlo ou de tentativa de controlo da comunicação social, numa promiscuidade sem paralelo. São assessores de imprensa em contacto permanente e em pressão a jornalistas, "recomendendo" o que é ou não notícias! São nomeações de altos dirigentes políticos de um partido para grandes empresas de média, como se fosse mais um reeditar da censura ou da mais pura lógica "controleira" do Estado Novo. É, pois, também importante neste dia, realçar o papel essencial da comunicação social. Uma comunicação social que deve ser plural, isenta e independente, com jornalistas livres, imparciais e autónomos, pois só assim se pode garantir a liberdade plena. De facto, para muitos portugueses, o momento que vivemos é de desencanto, de decepção e de descrença, outros três (3) D's, bem diferentes daqueles da Revolução de Abril. Desencanto perante o incumprimento sistemático de promessas feitas e face ao defraudar das expectativas criadas. Decepção relativamente a uma acção governativa que gravita a anos luz das promessas de diálogo (bem antes pelo contrário, pois a arrogância, de facto, é a "palavra de ordem"), Governação que se processa bem longe dos cidadãos e que é insensível às suas reais preocupações e anseios. Descrença em relação a uma prática política marcada pelo clientelismo partidário, que em nada contribui para a resolução dos problemas dos cidadãos e do País. Aliás, são estas práticas que semeiam sentimentos de indiferença ou de repúdio perante a actividade política, e, como tal, não são benéficas para a democracia. Por outro lado, não podemos esquecer que, actualmente, colocam-se-nos desafios num mundo que, de há trinta e três (33) anos para cá, conheceu fenómenos como a globalização, novas imigrações e até um terrorismo à escala mundial, realidades que são das mais complexas que hoje se deparam a todas as nações! As comemorações do vinte e cinco (25) de Abril têm sido sempre, felizmente, uma oportunidade de reflexão serena sobre as instituições democráticas e sobre o nosso país, perspectivando o futuro e reforçando as expectativas em relação àquilo que queremos para nós, para a nossa terra, para a nossa região, para Portugal. A Revolução semeou em todos os



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

portugueses grandes esperanças, e a grande verdade é que os portugueses não querem desistir das esperanças de Abril. Costuma-se dizer que a memória dos homens é curta, mas a dos povos não pode ser. E com razão se afirma que um povo sem passado também não tem futuro! O vinte e cinco (25) de Abril é um acontecimento brilhante da nossa história recente, mas não pode ser visto como uma peça de museu, ou como uma relíquia do passado. Ao invés, deve ser, é um projecto de futuro, com futuro! Que significa, então trinta e três (33) anos depois, comemorar o vinte e cinco (25) de Abril? Significa reforçar a vontade de fazer da nossa democracia um regime mais vivo e mais moderno, com menos bloqueios, com menos desequilíbrios e menos adiamentos, com mais debates fundamentais e menos conflitos acessórios, banais e sem interesse. Significa uma democracia mais madura, mais avançada, com maior exigência e maior responsabilização, mas também com maior criatividade e com maior iniciativa, maior inovação e maior inconformismo. Significa que temos o dever de tudo fazer para que os nossos filhos e os nossos netos vivam, no futuro, num Portugal mais moderno, equilibrado e mais justo. Façamos, então, do vinte e cinco (25) de Abril de mil novecentos e setenta e quatro (1974), a que Eduardo Lourenço designou de «a Liberdade feita dia», a liberdade de cada dia. Viva o 25 de Abril! Viva a Liberdade! Viva a Democracia! Viva Portugal!».-----

----- Concluída a intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e informou de que iria ser ouvido o Hino Nacional, após o que declarou encerrada a sessão, quando eram doze horas e cinquenta minutos, da qual, para contar, se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

A Primeira Secretária -

O Segundo Secretário -
